

As fronteiras da piedade.

FRANCO, Renato. **A piedade dos outros:** o abandono de recém-nascidos numa vila colonial, século XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

Jonathan Fachini da Silva*

Thiago do Nascimento Torres de Paula**

O historiador brasileiro Renato Franco, trouxe à presença da comunidade de pesquisadores em História no ano de 2014, um exemplo de trabalho investigativo e coerência teórica, brindando a todos com a publicação do livro *A piedade dos outros – o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. O texto foi publicado e divulgado pela Editora da FGV (Fundação Getúlio Vargas), onde o autor já atuou como pesquisador. A obra é resultado de sua dissertação de Mestrado, elaborada, discutida e defendida em 2006, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

No entanto, considera-se que *A piedade dos outros* supera os limites de uma dissertação acadêmica, que permitiu a conclusão de um curso de pós-graduação. O que temos em mãos atualmente é um verdadeiro bojo de informações empiricamente construído, tendo por base um sólido corpus documental encontrado nos principais arquivos do Brasil (Arquivo Público Mineiro, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional) e costurado pelo que há de mais refinado na História Social.

Logo no primeiro ato, referimo-nos a apresentação, elaborado por Luciano Figueiredo, seu orientador na época, ensaia cinco páginas tão originais quando os cinco capítulos do livro. Como toda a apresentação que tem a função de autorizar a obra para o mundo dos intelectuais, sobretudo para o universo de leitores em geral, Figueiredo ilustra o estudo de Franco a partir da gravura “O jantar no Brasil”, uma imagem de Jean-Baptiste Debret, texto visual bastante conhecido dos amantes da História em nosso país. Por conseguinte, a prancha de Debret foi dividida em três linhas horizontais para uma rápida e detida análise: Figueiredo toca em temas caros a

* Doutorando em História Latino-Americana pelo PPGH-Unisinos, bolsista CAPES/PROSUP.

** Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná, bolsista CAPES.

historiografia como – escravidão, cultura material e infância. O prefaciando estabelece uma relação teórica muitíssimo convincente entre a gravura “O jantar no Brasil” e ao mundo das minas e da caridade pública reconstituída por Franco. Enquanto o homem representado na prancha aparenta uma total apatia com as crianças negras escravas sob a mesa, isto remete ao inverso da realidade nas Minas, onde os homens das Câmaras mostravam-se bastante incomodados em financiar a criação de expostos de cor, fossem eles pardos ou negros, está uma entre outras associações feitas por Figueiredo.

Quando entra em cena, Franco introduz a discussão da temática a partir da trajetória de *Cipriana de Jesus Batista*, exposta e criada por uma escrava *preta mina*, *Joana de Videira*. O mais intrigante é que se tratava de uma enjeitada branca que vivera, até a morte de sua mãe criadeira, sob o julgo da escravidão, mas que em um dado momento da vida, buscou mecanismos legais para limpar-se de tal estigma. Com isso alerta-se aos leitores que a mestiçagem e outras questões raciais foram elementos que deram outra lógica ao abandono de crianças em determinados espaços do mundo luso-americano, como especificamente Vila Rica na região das minas na segunda metade do século XVIII.

Nesse primeiro momento do livro, passa ao largo das longas, porém muitas vezes necessárias revisões bibliográficas, conhecidas também nos meios universitários como o “Estado da Arte”. No trabalho, o historiador dialoga com alguns dos principais nomes da historiografia á respeito da temática da exposição de crianças: os nacionais Maria Luiza Marcílio e Renato Pinto Venâncio, internacionais como o trabalho de Isabel do Guimarães Sá para Portugal, e os créditos para Philippe Ariès, por ter sido um dos primeiro a problematizar a história da infância, ou melhor, mostrar aos historiadores que a criança também tem história. Os autores citados são considerados pelo autor como referências incontornáveis sobre o dito tema, a partir daí a “*circulação de crianças*” é adotada como categoria de análise pelo autor, que afirma ser “[...] fundamental para compreensão do abandono como uma estratégia a mais no universo familiar” (2014, p.32).

No primeiro capítulo são desenvolvidos três importantes aspectos da investigação. Apresenta-se o contexto da formação do processo de assistência aos recém-nascidos abandonados na Europa, especificamente em Portugal, chegando a América portuguesa. O contexto de Vila Rica é abordado com uma figuração, na qual,

o elemento mestiço apresentou-se com uma peculiaridade da experiência colonial no mundo moderno, que dava outra dinâmica a assistência aos expostos. Enveredando com a perspicácia de quem conhece os meandros do passado humano, o autor analisa muito detalhadamente o uso do abandono pelos vários segmentos da figuração, deixando evidente que em Vila Rica o abandono era um ato definitivo.

Denominado as crianças em cena, o segundo capítulo é ocupado por uma ampla discussão sobre o batismo, este como um rito indispensável a quaisquer indivíduos recém-nascido no mundo católico ocidental, demonstrado as especificidades do sacramento e como o mesmo deveria ser administrado aos enjeitados. Frisa a presença de bilhetes com alguns poucos expostos, discute a onomástica dos mesmos recém-nascidos, esclarecendo que os nomes não escapavam aos limites do repertório cristão, tal como ocorria no Rio de Janeiro e Salvador setecentista. Faz menção ao horário dos abandonos, revelando a noite como sendo o período mais utilizado pelos expositores, examina a frequência dos enjeitamentos em momentos diferentes do ano. A razão de sexo é outro aspecto analisado, percebe-se que em Vila Rica se abandonava mais meninos que meninas, mesmo que a diferença fosse mínima. As taxas de abandono é outro item substancialmente importante, em que se destaca a presença de expostos em casa de mulheres pardas e forras, como também se aponta a relevância dos padres no processo de apadrinhamento dos enjeitados.

A administração da exposição pela Câmara de Vila Rica é o tema do terceiro capítulo, após apontar as dinâmicas do enjeitamento: o anonimato daqueles que expõem os rebentos, fato intrínseco ao fenômeno e a já referida circulação das crianças que passavam por diversos lares e amas. A Câmara de Vila pagava ordenados àqueles que criassem algum exposto até os sete anos de idade, conforme a legislação portuguesa propunha. Entretanto, no contexto mineiro, nem todos que receberam algum exposto em sua porta na calada da noite, recorrem ao auxílio estipulado, mas para àqueles que recorreram, por vezes custavam a receber, logo a Câmara se vê numa multidão de enjeitados que custavam altos encargos para os cofres públicos conforme o tema tratado adiante no capítulo quatro.

Os discursos camarários entendiam a função da exposição como uma forma de “preservar a honra de famílias honestas”, mas, o que eles não previam, é que “de uma hora para outra, via seu sentido primordial sucumbir frente a uma população

multiétnica.” (2014, p.124). A própria assistência aos expostos acabou se transformando em uma de suas possíveis causas, mesmo que apenas uma parcela da população que recolheu algum exposto, cobrou o auxílio na Câmara de Vila Rica.

Aqui, um dos pontos altos da obra, quando Franco mostra de forma empírica ao leitor, como a Câmara de Vila Rica procurou formas para reduzir os custos com os enjeitados, e ainda, de alguma forma não pagar o auxílio a crianças negras e mulatas. É nesse momento que “*a piedade dos outros*” é colocada em xeque, pois, os administradores locais, inúmeras vezes solicitaram e argumentaram no sentido de negar, ou pelo menos, reduzir o valor dos auxílios aos enjeitados negros e mulatos. Uma das medidas, por exemplo, foi exigir um “atestado de brancura” emitida por médicos licenciados, e apenas após esse documento, fossem liberados os pagamentos para os que estavam criando o enjeitado.

O discurso e a prática que opera negativamente à mestiçagem é um tema caro a historiografia mineira, os *Desclassificados do Ouro* de Laura de Mello e Souza, mostrava que homens livres e pobres, negros e mulatos foram os que mais sofreram com a legislação mineira na forma de bandos e instruções repressivas. Russell-Wood, em seus pioneiros estudos para essa mesma Câmara de Vila Rica, elucidou como os mestiços paulistas que migraram para as minas, tiveram sérias implicações para ascender como “homens-bons”, pois segundo os decretos reais do século XVIII, deveriam ser brancos e casados com mulheres brancas. Nesse sentido a Câmara de Vila Rica seguir a onerosidade com os expostos negros e mulatos em detrimento dos expostos brancos, não era uma queixa fora de seu contexto, a presença mestiça de livres e pobres era um fator conjuntural no espaço mineiro.

Apesar das recusas e queixas camararias, o futuro dos expostos era incerto para todos, independentes da cor, como nos permite observar o capítulo cinco. A Câmara procura lançar fintas, impostos sobre tabernas para arrecadação e reversão aos expostos. Entretanto, mesmo com o auxílio e as medidas dos administradores, o destino trágico de uma morte precoce era uma realidade iminente para os enjeitados de Vila Rica, já como salientava a historiografia para outros contextos. Em alguns raros casos o exposto era resgatado pela família que o abandonou, por estar em condições econômicas mais estáveis, ou ainda, legitimavam a criança que tinha sido exposta por se tratar de filho ilegítimo, em casamentos póstumos.

Para os que não morriam ou eram reconhecidos pelos pais, o futuro era incerto, nem sempre a marginalidade era a regra, alguns enjeitados, quando adultos contraíram matrimônio e formaram família. Nesse caso “ser enjeitado era característica que, somada a fatores específicos, tendia a favorecer em alguns casos, bem como atrapalhar em outros” (2014, p.228). O futuro dos expostos estava atrelado aos mais diversos fatores do acaso, desde aquele que o recolheu em sua porta, o acolheu, de que forma o acolheu, e o porquê de tê-lo o criado. Não por menos, “a história dessas crianças era a história de sua utilidade individual e imediata.” (2014, p.228).

A originalidade da obra, talvez esteja num ponto em que Renato Franco continua desenvolvendo em seus atuais trabalhos. Trata-se de mostrar que a piedade, ou a prática da caridade, tão cara para uma sociedade com resquícios de Antigo Regime, possuía algumas limitações. No caso dos expostos, crianças inocentes dignas da prática caritativa, por muito enfatizado os seus cuidados nos tratados morais e na legislação portuguesa, porém quando essa era mestiça corria o risco de ficar a margem de qualquer caridade ou auxílio camarário. Nesse sentido, Renato Franco tem investido na pobreza como uma categoria de análise que carrega em si, uma hierarquização, assim, a piedade possuía sua fronteira, nesse caso, para estudo futuros, nos cabe então, entendermos quem eram esses não dignos de caridade!

Referências Bibliográficas:

RUSSELL-WOOD. Anthony J. R. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SOUZA, Laura de Souza e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 4ª ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: Graal, 2004.

*Recebida em Outubro de 2015
Aprovada em Novembro de 2015*